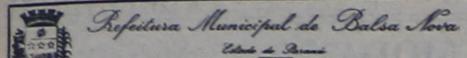


## Editais



Prefeitura Municipal de Balsa Nova

Estado do Paraná

LIBERARIA DE 06/90

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RECOLVE:

Plano autorizado e reembargamento da Servidora CELIA NEGRIN DALMÉ, sob regime CTF, categoria funcional, nível, lotada no Departamento de Informações, nível II, lotada no CRON, a partir de 01 de novembro de 1990.

CRON/CR

Balsa Nova, 21 de novembro de 1990

*[Assinatura]*  
Vereador Djalma  
Prefeito Municipal

LIBERARIA DE 06/90

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RECOLVE:

Plano autorizado e reembargamento da Servidora KELLY MARIA LIMA, sob regime CTF, categoria funcional, Assistente Administrativo, nível 09, patrão A, lotada no Departamento de Saúde e Assistência Social, a partir de 01 de novembro de 1990.

CRON/CR

Balsa Nova, 21 de novembro de 1990

*[Assinatura]*  
Vereador Djalma  
Prefeito Municipal

LIBERARIA DE 06/90

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RECOLVE:

Plano autorizado e reembargamento da Servidora MARIA ELENA FERREIRA, sob regime CTF, categoria funcional, Assistente Administrativo, patrão A, nível 09, lotada no Departamento de Administração e Finanças, a partir de 01 de novembro de 1990.

CRON/CR

Balsa Nova, 21 de novembro de 1990

*[Assinatura]*  
Vereador Djalma  
Prefeito Municipal

LIBERARIA DE 06/90

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei n.º, especialmente tendo em vista a autorização legal tida obtida no artigo 27 da lei municipal nº 1395 de 02.02.86, e a elevação, dos níveis salariais regionais da escalologia federal em vigor,

D 200 000

Art. 1º - Os valores dos níveis salariais e de remuneração dos servidores da União, que foram reajustados a partir de 1º de novembro de 1990, em 10% (dez por cento), de conformidade com o artigo 1º do Decreto,

Art. 2º - Os índices sobre os níveis salariais e de remuneração previsto neste Decreto, incidem sobre os níveis salariais e de remuneração estabelecidos no Decreto nº 456 de 22 de outubro de 1990.

Art. 3º - Este Decreto assegura sua vigência a partir de 1º de novembro de 1990, revogando-se as disposições contrárias.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 22 de novembro de 1990.

*[Assinatura]*  
Vereador Djalma  
Prefeito Municipal

ANEXO I  
QUADRO DE VALORES E NÍVEIS DE REFERÊNCIA

NÍVEIS	CR\$	NÍVEIS	CR\$
01	11.620,34	31	50.228,66
02	12.206,82	32	52.737,78
03	12.813,22	33	55.246,90
04	13.453,41	34	57.756,12
05	14.093,60	35	60.265,34
06	14.811,08	36	61.051,84
07	15.572,20	37	64.106,50
08	16.350,58	38	67.309,11
09	17.163,77	39	70.511,76
10	17.977,13	40	73.212,10
11	18.927,76	41	77.920,32
12	19.874,48	42	81.816,24
13	20.740,34	43	85.325,50
14	21.913,00	44	89.201,18
15	23.186,05	45	94.713,50
16	24.160,29	46	99.449,54
17	25.366,77	47	104.422,76
18	26.636,57	48	109.691,98
19	27.936,46	49	115.124,21
20	29.365,96	50	120.881,26
21	30.832,80	51	126.926,55
22	32.376,36	52	133.269,85
23	33.937,73	53	140.793,15
24	35.694,49	54	148.931,98
25	37.480,16	55	154.277,14
26	39.354,46	56	161.389,89
27	41.322,56	57	170.092,59
28	43.389,66	58	178.805,24
29	45.558,01	59	187.527,80
30	47.836,07	60	196.903,76

## INTERNACIONAL ESPORTE CLUBE

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL  
C. O. C. 70.029.355.000-02  
Rua Olivaldo Cruz, Equina com Presidente Kennedy, s/nº  
88800-CAMPOM LARGO - PARANÁ

## CONVOCAÇÃO

CAMPOM LARGO - PARANÁ

Ligeira para Castro.

M. Jtda.

Fica convocados os membros associados do INTERNACIONAL ESPORTE CLUBE, para a clérgica da nova diretoria para o mês de 1991, que se realizará no próximo dia 17 de dezembro de 1990, às 20,00 horas em 1º convocação com a maioria dos associados, ou em 2º convocação às 20,30 horas com qualquer número de associados, em sede social, sita na rua Olivaldo Cruz esquina com a Avenida Vereador Arlindo Chaves n/cidade.

CRÉDITO: Fórum direito a votar e serem votados os sócios quites com a tesouraria.

Campo Largo, 22 de novembro de 1990  
ALTAR CANTARELI - Presidente.

CLÂUSULA PRIMEIRA: Fica nesta data dissolvida a sociedade comercial que gira nesta praça sob o nome de "CONTABILHIST-AGENCIAS / TECNICA E CONTABIL S/CLTDA", com domicílio a Rua XV de Novembro, 1450, Centro, Campo Largo, Paraná.

CLÂUSULA SEGUNDA: O capital social registrado na importância total de Cr\$ 100.000,00(Cem mil cruzados), que convertidos em cruzeiros novos passa a valer Meio 100,00(Cem cruzados novos) a partir de março de 1.990, passa a valer conforme o novo plano governamental Cr\$ 100,00(Cem cruzados), e é distribuído entre os sócios, nas seguintes proporções:

a) Ao sócio WILTON HELENO DOS SANTOS, o seu capital subscrito e integralizado, na importância de Cr\$ 95,00(Cinco reais e cinquenta cruzeiros), e dá quitação de todos os seus bairros.

b) Ao sócio GENI MARCOCHE DOS SANTOS, o seu capital subscrito e integralizado, na importância de Cr\$ 5,00(Cinco cruzados e quitação de todos os seus bairros referente os serviços prestados a sociedade).

CLÂUSULA TERCEIRA: Os sócios, WILTON HELENO DOS SANTOS e GENI MARCOCHE DOS SANTOS, não se recíprocamente põem, geral e irreversível quitação quanto aos negócios da sociedade ora extinta.

CLÂUSULA QUARTA: A sociedade ora dissolvida não deixou Ativo e Passivo. Os livros a demais documentos referentes à sociedade ficam sob guarda do sócio WILTON HELENO DOS SANTOS, devendo conservá-los, por estarem de comum acordo, assumir o presente de cunho particular de distrito social, em 04(Quatro) vidas, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Campo Largo, 20 de novembro de 1.990  
- WILTON HELENO DOS SANTOS -  
- GENI MARCOCHE DOS SANTOS -

## EDITAL PARA REGISTRO DE ADUANA/TAZ/DO

Denise Ferreira Pereira Juíza Substituta da Comarca de Campo Largo - Estado do Paraná, etc., etc.

Fazendo Z. Seja-Bar-Ba todos quanto o presente editorial virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente ARCELINO RUDIM DE MORAES que por este Juiz de Direito é o Civil tramita em seu regular termos uma ação do Usucapião sob o nº. 594/88 em que é requerente Jacob Bressen e Requerido este Juiz, os requerentes são senhores possuidores do seguinte imóvel:-Terreno urbano, com área de 600,00m², que é o novo plano governamental, situado na Rua XV de Novembro, nº 1450, Centro, Campo Largo, Paraná, confrontando com a Rua Augusto Viana, nº 1450, Centro, Campo Largo, Paraná, e que é de posse do requerente há mais de 20 anos, vem exercendo posse manancial, pacífica e incontesta sobre o imóvel unicamente, não havendo oposição ou turbulência ou qualquer tipo de molestia a sua posse, e qual mantém com "ordem dominial". A posse é ininterrupta, sendo os mesmos considerados pelos vizinhos como os legítimos proprietários da usucapiação. Assim através do presente que aconselha o prazo de 20 dias para o requerente apresentar a defesa, e que o Juiz de Direito deve acolher o pedido de prazo, e que o requerente deve apresentar a documentação que comprove a posse manancial, pacífica e incontesta sobre o imóvel unicamente, não havendo oposição ou turbulência ou qualquer tipo de molestia a sua posse, e qual mantém com "ordem dominial". A posse é ininterrupta, sendo os mesmos considerados pelos vizinhos como os legítimos proprietários da usucapiação. Assim através do presente que aconselha o prazo de 20 dias para o requerente apresentar a defesa, e que o Juiz de Direito deve acolher o pedido de prazo, e que o requerente deve apresentar a documentação que comprove a posse manancial, pacífica e incontesta sobre o imóvel unicamente, não havendo oposição ou turbulência ou qualquer tipo de molestia a sua posse, e qual mantém com "ordem dominial". A posse é ininterrupta, sendo os mesmos considerados pelos vizinhos como os legítimos proprietários da usucapiação. Assim através do presente que aconselha o prazo de 20 dias para o requerente apresentar a defesa, e que o Juiz de Direito deve acolher o pedido de prazo, e que o requerente deve apresentar a documentação que comprove a posse manancial, pacífica e incontesta sobre o imóvel unicamente, não havendo oposição ou turbulência ou qualquer tipo de molestia a sua posse, e qual mantém com "ordem dominial". A posse é ininterrupta, sendo os mesmos considerados pelos vizinhos como os legítimos proprietários da usucapiação. Assim através do presente que aconselha o prazo de 20 dias para o requerente apresentar a defesa, e que o Juiz de Direito deve acolher o pedido de prazo, e que o requerente deve apresentar a documentação que comprove a posse manancial, pacífica e incontesta sobre o imóvel unicamente, não havendo oposição ou turbulência ou qualquer tipo de molestia a sua posse, e qual mantém com "ordem dominial". A posse é ininterrupta, sendo os mesmos considerados pelos vizinhos como os legítimos proprietários da usucapiação. Assim através do presente que aconselha o prazo de 20 dias para o requerente apresentar a defesa, e que o Juiz de Direito deve acolher o pedido de prazo, e que o requerente deve apresentar a documentação que comprove a posse manancial, pacífica e incontesta sobre o imóvel unicamente, não havendo oposição ou turbulência ou qualquer tipo de molestia a sua posse, e qual mantém com "ordem dominial". A posse é ininterrupta, sendo os mesmos considerados pelos vizinhos como os legítimos proprietários da usucapiação. Assim através do presente que aconselha o prazo de 20 dias para o requerente apresentar a defesa, e que o Juiz de Direito deve acolher o pedido de prazo, e que o requerente deve apresentar a documentação que comprove a posse manancial, pacífica e incontesta sobre o imóvel unicamente, não havendo oposição ou turbulência ou qualquer tipo de molestia a sua posse, e qual mantém com "ordem dominial". A posse é ininterrupta, sendo os mesmos considerados pelos vizinhos como os legítimos proprietários da usucapiação. Assim através do presente que aconselha o prazo de 20 dias para o requerente apresentar a defesa, e que o Juiz de Direito deve acolher o pedido de prazo, e que o requerente deve apresentar a documentação que comprove a posse manancial, pacífica e incontesta sobre o imóvel unicamente, não havendo oposição ou turbulência ou qualquer tipo de molestia a sua posse, e qual mantém com "ordem dominial". A posse é ininterrupta, sendo os mesmos considerados pelos vizinhos como os legítimos proprietários da usucapiação. Assim através do presente que aconselha o prazo de 20 dias para o requerente apresentar a defesa, e que o Juiz de Direito deve acolher o pedido de prazo, e que o requerente deve apresentar a documentação que comprove a posse manancial, pacífica e incontesta sobre o imóvel unicamente, não havendo oposição ou turbulência ou qualquer tipo de molestia a sua posse, e qual mantém com "ordem dominial". A posse é ininterrupta, sendo os mesmos considerados pelos vizinhos como os legítimos proprietários da usucapiação. Assim através do presente que aconselha o prazo de 20 dias para o requerente apresentar a defesa, e que o Juiz de Direito deve acolher o pedido de prazo, e que o requerente deve apresentar a documentação que comprove a posse manancial, pacífica e incontesta sobre o imóvel unicamente, não havendo oposição ou turbulência ou qualquer tipo de molestia a sua posse, e qual mantém com "ordem dominial". A posse é ininterrupta, sendo os mesmos considerados pelos vizinhos como os legítimos proprietários da usucapiação. Assim através do presente que aconselha o prazo de 20 dias para o requerente apresentar a defesa, e que o Juiz de Direito deve acolher o pedido de prazo, e que o requerente deve apresentar a documentação que comprove a posse manancial, pacífica e incontesta sobre o imóvel unicamente, não havendo oposição ou turbulência ou qualquer tipo de molestia a sua posse, e qual mantém com "ordem dominial". A posse é ininterrupta, sendo os mesmos considerados pelos vizinhos como os legítimos proprietários da usucapiação. Assim através do presente que aconselha o prazo de 20 dias para o requerente apresentar a defesa, e que o Juiz de Direito deve acolher o pedido de prazo, e que o requerente deve apresentar a documentação que comprove a posse manancial, pacífica e incontesta sobre o imóvel unicamente, não havendo oposição ou turbulência ou qualquer tipo de molestia a sua posse, e qual mantém com "ordem dominial". A posse é ininterrupta, sendo os mesmos considerados pelos vizinhos como os legítimos proprietários da usucapiação. Assim através do presente que aconselha o prazo de 20 dias para o requerente apresentar a defesa, e que o Juiz de Direito deve acolher o pedido de prazo, e que o requerente deve apresentar a documentação que comprove a posse manancial, pacífica e incontesta sobre o imóvel unicamente, não havendo oposição ou turbulência ou qualquer tipo de molestia a sua posse, e qual mantém com "ordem dominial". A posse é ininterrupta, sendo os mesmos considerados pelos vizinhos como os legítimos proprietários da usucapiação. Assim através do presente que aconselha o prazo de 20 dias para o requerente apresentar a defesa, e que o Juiz de Direito deve acolher o pedido de prazo, e que o requerente deve apresentar a documentação que comprove a posse manancial, pacífica e incontesta sobre o imóvel unicamente, não havendo oposição ou turbulência ou qualquer tipo de molestia a sua posse, e qual mantém com "ordem dominial". A posse é ininterrupta, sendo os mesmos considerados pelos vizinhos como os legítimos proprietários da usucapiação. Assim através do presente que aconselha o prazo de 20 dias para o requerente apresentar a defesa, e que o Juiz de Direito deve acolher o pedido de prazo, e que o requerente deve apresentar a documentação que comprove a posse manancial, pacífica e incontesta sobre o imóvel unicamente, não havendo oposição ou turbulência ou qualquer tipo de molestia a sua posse, e qual mantém com "ordem dominial". A posse é ininterrupta, sendo os mesmos considerados pelos vizinhos como os legítimos proprietários da usucapiação. Assim através do presente que aconselha o prazo de 20 dias para o requerente apresentar a defesa, e que o Juiz de Direito deve acolher o pedido de prazo, e que o requerente deve apresentar a documentação que comprove a posse manancial, pacífica e incontesta sobre o imóvel unicamente, não havendo oposição ou turbulência ou qualquer tipo de molestia a sua posse, e qual mantém com "ordem dominial". A posse é ininterrupta, sendo os mesmos considerados pelos vizinhos como os legítimos proprietários da usucapiação. Assim através do presente que aconselha o prazo de 20 dias para o requerente apresentar a defesa, e que o Juiz de Direito deve acolher o pedido de prazo, e que o requerente deve apresentar a documentação que comprove a posse manancial, pacífica e incontesta sobre o imóvel unicamente, não havendo oposição ou turbulência ou qualquer tipo de molestia a sua posse, e qual mantém com "ordem dominial". A posse é ininterrupta, sendo os mesmos considerados pelos vizinhos como os legítimos proprietários da usucapiação. Assim através do presente que aconselha o prazo de 20 dias para o requerente apresentar a defesa, e que o Juiz de Direito deve acolher o pedido de prazo, e que o requerente deve apresentar a documentação que comprove a posse manancial, pacífica e incontesta sobre o imóvel unicamente, não havendo oposição ou turbulência ou qualquer tipo de molestia a sua posse, e qual mantém com